

Revista Fios de Letras

ISSN: 2966-0130

v. 3, n. 07, e072601, jul.-dez., 2026

Informações sobre os autores:

**1** Doutorando em Letras pelo PPGLetras / UNEMAT, Câmpus Sinop. Linha de pesquisa: Literatura, História, Memória e Sociedade; Mestre em Letras pelo mesmo programa. Especialização em: Língua Portuguesa, redação e oratória; Coordenação pedagógica ambas pela FAEL – Faculdade Estadual da Lapa. Graduação em Letras/Português pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Docente efetivo de Língua Portuguesa da SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso.

**2** Doutoranda em Estudos Literários pelo PPGEL/UNEMAT, Câmpus de Tangará da Serra/MT. Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural. Mestre em Letras pelo PPGLetras/ UNEMAT, Câmpus de Sinop/MT. Especialização em: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela UNIFLOR de Alta Floresta/MT. Docente efetivo em Língua Inglesa pela SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso.

## Seis letras, seis golpes, a geometria da violência contra as Marias e não Marias: análise do conto “Ave Maria das Graças Santos”, de Alciene Ribeiro

*Six letters, six blows, the geometry of violence against the Marias and non-Marias: an analysis of the short story “Ave Maria das Graças Santos” by Alciene Ribeiro*

DOI: 10.59666/fiosdeletras.v3i07.5478

Wagner Pereira de Souza <sup>1</sup>



Universidade do Estado de Mato Grosso



wagner.souza@unemat.br



Sandra Maria Alves de Souza <sup>2</sup>



Universidade do Estado de Mato Grosso



sandra.alves@edu.mt.gov.br



**Resumo:** Este artigo analisa o conto “Ave Maria das Graças Santos”, da obra *Mulher Explicita* (2019) de Alciene Ribeiro, investigando como a concisão narrativa articula dinâmicas de gênero, alienação e enclausuramento. Objetiva-se perscrutar o conceito de “geometria da violência”, aqui proposto para designar a métrica composicional estruturada em torno do numeral seis — isomorfismo que conecta a extensão de palavras-chave aos golpes físicos sofridos pela protagonista e ao sexto golpe: a impunidade jurídica do feminicídio. A metodologia cruza a teoria do conto de Piglia (2004) com a teoria crítica feminista de Saffioti (2004); Segato (2003), somada a biopolítica Agamben (2007) e conceitos de desumanização teorizados por Butler (2024), juntamente com a necropolítica e epistemicídio Carneiro (2005), discutindo a vulnerabilidade interseccional da mulher negra e periférica. Os resultados apontam que a engenharia textual de Ribeiro denuncia o feminicídio como uma racionalidade sistêmica e calculada, onde Estado e mídia atuam na dessensibilização coletiva. Conclui-se que a práxis da autora emerge como manifesto estético e político, capaz de fraturar a desumanização e restituir a agência às Marias silenciadas na história nacional.

**Palavras-chave:** Conto contemporâneo. Desumanização. Feminicídio. Necropolítica.



This work is licensed under a Creative Commons  
Attribution 4.0 International License.

**Plagius**

Verificador de Plágio

**Abstract:** This article analyzes the short story “Ave Maria das Graças Santos,” from the collection *Mulher Explícita* (2019) by Alciene Ribeiro, investigating how narrative conciseness articulates dynamics of gender, alienation, and spatial confinement. The objective is to examine the concept of the “geometry of violence,” proposed here to denote the compositional metric structured around the number six—an isomorphism that connects the length of key words to the physical blows suffered by the protagonist and to the sixth blow: the legal impunity surrounding femicide. The methodology crosses Piglia’s (2004) short story theory with the feminist critical theory of Saffioti (2004) and Segato (2003), combined with Agamben’s (2007) biopolitics and concepts of dehumanization theorized by Butler (2024), along with necropolitics and Carneiro’s (2005) epistemicide, discussing the intersectional vulnerability of Black and peripheral women. The results indicate that Ribeiro’s textual engineering denounces femicide not as an anomaly, but as a systemic and calculated rationality, in which the State and the media act in collective desensitization. It concludes that the author’s praxis emerges as an aesthetic and political manifesto, capable of fracturing dehumanization and restoring agency to the silenced *Marias* in national history.

**Keywords:** Contemporary short story. Dehumanization. Femicide. Necropolitics.

## Introdução

*Existe em cada mulher um lugar de dor que não se dobra ao silêncio. Quando uma de nós se levanta contra a lâmina da opressão, ela não caminha só; ela arrasta consigo a ancestralidade e o futuro de todas as outras.*

— Angela Davis

A práxis literária de Alciene Ribeiro, escritora mineira firmada na tradição crítica contemporânea, configura-se como um denso exercício de arqueologia social e subjetiva. Com uma trajetória polivalente que tenciona as fronteiras do conto, da poesia, do romance e do teatro, a autora edifica uma poética fortemente respaldada pela urgência da denúncia e pelo lirismo trágico. Longe de se alinhar a um beletismo alienado, a produção de Ribeiro emerge como um testemunho estético das margens, no qual a palavra opera como vetor de visibilidade para os corpos e as subjetividades historicamente vulnerabilizados pelo patriarcado e pelas assimetrias de classe.

Publicada em sua completude na contemporaneidade, a coletânea de contos *Mulher Explícita* (2019) funciona como uma súpula diacrônica e um projeto estético longamente gestado. Conforme atesta o aparato crítico e o histórico dos contos presentes na edição, a obra unifica narrativas concebidas ao longo de quatro décadas, cujos eixos semânticos gravitam obsessivamente em torno de um núcleo comum: a pluralidade e a complexidade da condição feminina.

O epíteto que titula o volume não se esgota na dimensão erótica ou anatômica, mas evoca, primordialmente, uma estética do desvelamento. Trata-se do ato político de tornar explícito aquilo que as estruturas sociais e os discursos hegemônicos relegaram ao âmbito do recalque, do doméstico e do indizível. Ribeiro opera o que a crítica de recepção da obra identifica como uma linguagem objetiva, dinâmica e moderna, marcada por eficazes artimanhas dos diálogos e por uma voltagem afetiva que transita dialeticamente entre o riso trágico e a exposição de graves feridas.

Não é injusto dizer, portanto que se trata de uma literatura que rejeita a assepsia burguesa; a voz autoral assume uma postura de purgação e confronto diante das violências naturalizadas no cotidiano, manifestando-se na contundente asserção de que é preciso vomitar o que foi ruminado sob o ardido da vergonha, o sal do desprezo e a amargura da dor.

É precisamente sob a égide dessa estética do confronto e da precisão cirúrgica que se estabelece a linha analítica deste estudo. Sob a órbita de tal enquadramento teórico, o título do conto — uma peça ficcional gestada entre os anos de 1983 e 1984, entre Itabira e Belo Horizonte — deixa de ser mera identificação civil para se converter no sintoma de uma engrenagem matemática de aniquilação subjetiva. A “geometria da violência” aqui sugerida evoca a própria economia narrativa da autora: um texto enxuto, direto, em que a agressão patriarcal é cronometrada e metrificada, operando quase como um algoritmo existencial que enclausura a protagonista (Ribeiro, 2019)

Há uma precisão cortante no modo como Ribeiro (2019) distribui as tensões, assemelhando-se a golpes desferidos não apenas contra o corpo físico, mas contra a própria dignidade ontológica da personagem. Essa precisão métrica se estende ao título do conto através de uma densa saturação simbólica e onomástica. Ao justapor a matriz devocional e sincrética do catolicismo popular brasileiro, expressa na jaculatória Maria, ao sobrenome Santos — um dos patronímicos mais comuns, difusos e, portanto, anonimizantes da demografia nacional —, a narrativa engendra o território fraturado das “Marias e não Marias”.

Essa categoria conceitual das “Marias e não Marias” abarca a contradição inerente à identidade da mulher periférica na modernidade brasileira. Por um lado, o nome “Maria” evoca o arquétipo da santa, da mãe resignada e submissa, moldada pelos dogmas de sacrifício e submissão colonial que forçaram a mulher à passividade histórica; por outro, as “não Marias” representam a destituição desse próprio estatuto sagrado pela crueza do cotidiano, em que a promessa de “Graça” divina colide frontalmente com o apagamento e a homogeneização civil simbolizados pelo sobrenome “Santos”.

Nesse sentido, a violência descrita por Ribeiro é, portanto, de ordem geométrica e sistêmica, estruturando-se através de eixos que conectam o silenciamento doméstico à herança macroestrutural do patriarcado. O conto funciona, desse modo, como uma síntese traumática em que a repetição dos ciclos de opressão equivale a golpes precisos que desarticulam a agência feminina.

Diante do exposto, o presente artigo propõe debruçar-se sobre o conto “Ave Maria das Graças Santos”, investigando como a precisão métrica e a economia narrativa de Alciene Ribeiro articulam os conceitos de alienação, gênero e enclausuramento espacial, demonstrando como a violência se geometrizava e se perpetua sobre o corpo e a identidade dessas múltiplas Marias e não Marias que povoam o macroprojeto visceral de *Mulher Explícita*.

## **1 Revisão da Literatura**

Este tópico analisa a realidade feminina ante as vulnerabilidades impostas a elas e como a literatura problematiza esse aspecto. Essas nuances são percebidas principalmente no “sexto golpe” que recorrentemente ocorrem. E, não é injusto dizer que, muito deles nem chegam a ser numerados, pois múltiplos casos, considerados “menos graves”, nem chegam a ciência da justiça.

### **1.1 Marias, mulheres e facadas**

No plano do enredo, o conto “Ave Maria das Graças Santos” condensa, em sua concisão narrativa, uma cena de violência doméstica e de vulnerabilidade social extrema. A trama focaliza o instante em que a protagonista, uma mulher cuja identidade civil evoca tanto a herança da devoção religiosa quanto o anonimato das franjas sociais, é brutalmente agredida no interior de seu espaço doméstico. O ápice dramático e a crueza da narrativa residem no fato de que o ataque ocorre no momento em que a mãe amamenta seu filho, cindindo violentamente o ato arquetípico de nutrição e cuidado (Ribeiro, 2019).

O agressor desfere contra o corpo da mulher cinco golpes precisos de faca, interrompendo de forma abrupta a vida da personagem e o ciclo de subsistência da lactante. Todavia, a economia do conto não se encerra na materialidade do homicídio: o desfecho projeta a iminência de um sexto golpe, consubstanciado na engrenagem de impunidade jurídica e no subsequente apagamento institucional do crime (Ribeiro, 2019). É a partir dessa trágica linearidade de fatos que se ergue a intrincada correspondência formal e numérica analisada a seguir.

O conto inicia já com o ato do crime “Na primeira facada, Maria nem sentiu dor, susto maior da traição do homem, saído de repente do silêncio” (Ribeiro, 2019, p. 147). A narrativa reservou um parágrafo para cada golpe ocorrendo assim uma gradação até o sexto golpe. Essa configuração textual dialoga com a maneira que Marias e não Marias são brutalmente violentadas de forma arquitetada principalmente pelo sexo oposto. Situação essa que a justiça ainda não deu conta de resolver. Enquanto isso, mulheres são retiradas da vida para se transformar em números.

Conforme o conceito de Daiana (2026, p. 01) “A gradação é empregada por meio da enumeração de elementos frasais. Tem o intuito de enfatizar as ideias numa sentença de ritmo crescente, até atingir o clímax (grau máximo).” Nesse sentido, a gradação existente na representação dos fatos pode também simbolizar as etapas de sofrimento que Marias e não Marias são submetidas constantemente. Os números explicitam que a cada 5 horas, em algum lugar do Brasil, para uma “Maria” a gradação chegou ao seu ápice – o feminicídio. Não é injusto dizer que, enquanto este artigo estava sendo produzido, algumas Marias saíram da vida para se tornarem números em alguma parte do solo brasileiro.

A arquitetura interna do conto “Ave Maria das Graças Santos” revela que a violência perpetrada contra a condição feminina não se esgota na crueza da ação dramática, mas se inscreve em uma rigorosa e macabra métrica composicional. Cabe salientar, no entanto, que o ápice dessa dinâmica se manifesta na recorrência isomórfica do numeral seis, elemento que assume a função de um operador semiótico e geométrico que amarra a identidade, o gênero e o aniquilamento material e simbólico da protagonista.

Seguindo essa linha de raciocínio, o infanticídio e o feminicídio concomitantes — a interrupção do ato de amamentar por cinco golpes cirúrgicos de faca — encontram sua culminância no advento de um sexto golpe, de natureza imaterial, porém estruturante: o golpe da iminente impunidade jurídica. Pois “Se preso, livra-se com bons argumentos de *defesa da honra* ou similares, escrevam” (Ribeiro, 2019, p. 152). Nesse contexto, a conjunção subordinada integrante “se” remete a uma possibilidade disso vir a ocorrer acentuando ainda mais fragilidade de punição pela infração cometida.

Sob a ótica da teoria do conto, conforme postulada por Piglia (2004), a narrativa curta organiza-se sempre em torno de duas histórias: uma superficial e outra secreta, que emerge das frestas da primeira. No texto de Alciene Ribeiro, a história secreta é codificada por meio dessa obsessão matemática, uma fôrma estrutural na qual o destino da personagem é lacrado de antemão e se estende a todas as Marias e não Marias.

Essa proporcionalidade geométrica se desvela na perfeita correspondência formal entre o plano da linguagem e o plano do acontecimento. A palavra “Marias” — que abdica da singularidade devocional para albergar o coletivo anônimo das mulheres submetidas ao pacto do silêncio — porta em sua grafia exatas seis letras, correspondendo formalmente

à palavra “mulher”, também metrificada em seis caracteres. Essa equivalência léxica não é fortuita; opera o que a semiótica literária designa como função poética – teorizado por autores como Jakobson (2007) e Eco (1991) – segundo os teóricos isso consiste na situação em que a forma do significante espelha a substância do significado.

Ante a isso, o signo linguístico que designa o gênero e o signo que designa a coletividade de vítimas compartilham a mesma extensão gráfica, sugerindo que, na economia ficcional de Ribeiro, o ser mulher na periferia da modernidade ocidental é uma condição intrinsecamente sitiada por uma medida precisa de opressão. Sendo assim, o corpo físico e o corpo textual fundem-se em um mesmo arranjo geométrico que antecipa o desfecho traumático.

Para além da consonância linguística, a introdução do sexto golpe como a chancela da impunidade confere ao conto uma densidade de corte biopolítico. Ao analisar a mecânica dos crimes contra as mulheres na América Latina, Federici (2017) argumenta que a violência de gênero constitui uma linguagem em que o corpo da vítima é utilizado como um pergaminho onde o patriarcado escreve suas mensagens de poder e soberania.

No microuniverso do conto, os cinco primeiros golpes executam a destruição anatômica da mãe e, por extensão, o colapso do ciclo vital do lactante. No entanto, é o sexto golpe, o da chancela institucional do esquecimento e da absolvição social do agressor, que encerra o ciclo de aniquilação total da dignidade ontológica da personagem. A impunidade, aqui, pode ser lida à luz do conceito de “vida nua” de Giorgio Agamben (2007), uma categoria de existência desprovida de valor político e jurídico, que pode ser eliminada sem que o soberano deponha suas armas ou aplique a sanção correlata. Em última análise, o sexto golpe representa o momento em que a lei se suspende para garantir a sobrevivência do pacto patriarcal.

Essa engrenagem é reforçada pela escolha da cena do crime: o ato da amamentação. Há uma profanação deliberada do arquétipo mariano, em que o ápice do cuidado e da reprodução da vida — central no projeto de exploração colonial e material do corpo feminino, conforme problematizado por Federici (2017) — é violentamente interrompido pela intervenção fálica da lâmina. A sobreposição da sexta facada ao apagamento penal do ato explicita que o sistema de justiça não é disfuncional, mas sim funcionalmente, em certa medida, conivente com a engrenagem que tritura as “Marias e não Marias”.

Ao fim, a geometria do seis em Alciene Ribeiro denuncia que a violência contra a mulher não decorre de um surto de irracionalidade anômala, mas sim de uma racionalidade perversa, simétrica e milimetricamente calculada, cuja precisão formal esmaga qualquer possibilidade de graça, reduzindo a identidade das “Santos” ao silêncio definitivo das estatísticas e das valas comuns da história brasileira.

Nesse ínterim, convém assinalar todo o entorno semântico do algarismo 6. Ele pode também representar o grito das Marias (que tem 6 letras); os das não Marias que se refere as outras, que por sinal a palavra outras também 6 letras e a toda mulher cuja a extensão da palavra também é de 6 letras. Um pedido de socorro, de basta, de misericórdia sob essa questão da violência contra a mulher em que sua instância mais radical culmina no feminicídio.

Com base no exposto, é importante relembrar o que esse numeral simboliza na numerologia e como esse conceito se relaciona com a explicação do parágrafo anterior. Sendo assim,

O algarismo 6 na numerologia é frequentemente associado à harmonia, ao equilíbrio e ao cuidado. Reconhecido por sua natureza acolhedora e protetora, o número 6 vibra com uma energia de compaixão, responsabilidade e amor incondicional. Ele simboliza o lar, a família e a comunidade, enfatizando a importância das relações interpessoais saudáveis e do bem-estar coletivo. Indivíduos influenciados pelo número 6 são vistos como pilares de apoio em seus círculos sociais, sempre dispostos a oferecer um ombro amigo e a ajudar os outros. Possuem um forte senso de justiça e um desejo inato de servir àqueles ao seu redor, buscando criar um ambiente de paz e harmonia onde quer que estejam (Astrolink, 2024, p. 01).

Como visto, a relação semântica envolve o numeral aglutinada a esse contexto estabelece uma conjuntura do que se aguarda: a não necessidade de viver a gradação em nenhuma de suas etapas e quiçá a “sexta facada”.

## **1.2 Todas as Marias e não Marias**

O encerramento do conto de Alciene Ribeiro, ao evocar que a atenuante jornalística “até certo ponto bárbaro” (2019, p. 152) constitui uma sexta facada em Maria e em todas as Marias e não Marias, funciona como o epicentro crítico da narrativa. É o momento exato em que a dor privada e doméstica do rancho se transmuta em um fenômeno estrutural e coletivo. Ao universalizar a figura de Maria das Graças Santos, a autora não apenas constrói um apelo de sororidade diante da tragédia, mas também denuncia um sofisticado processo de desumanização e burocratização do feminicídio, operado tanto pelo braço do agressor quanto pelos aparelhos discursivos do Estado e da mídia.

A construção inicial do conto “Maria das Graças Santos” nos transporta para a realidade concreta e massificada das mulheres das classes populares brasileiras. Ela simboliza a Maria do tanque, insônia, panela, ambulatório, faxina, frustração. Ademais, a sobrecarga física e a vulnerabilidade reprodutiva da personagem — que dá à luz cinco filhos, não contam com orientação ginecológica e se exaurem no aleitamento por falta de recursos — dialogam frontalmente com o conceito de que aquela família era desprovida de recursos básicos.

No parágrafo que narra a terceira facada, alguns elementos sustentam a afirmativa do parágrafo anterior. O narrador nos conta que

Na terceira, aquilo de filho entrou nela de mistura com a lâmina fria. Os meninos ali, esperando o caçula mamar, quietinhos, de prêmio, **o mexido requeitado na panela proibida até o *pode* da mãe**. A ideia **dos quatro diante do pai** com tanto ódio, e a mãe com tanta culpa – pois castigo assim carece culpa muito grave; esse devaneio não deixa os três buracos na **pele morena** doerem como o natural (Ribeiro, 2019, p. 148). [grifos nossos]

A cena descrita revela uma configuração de uma família com pouco poder aquisitivo, pois os quatro filhos aguardam ansiosos pelo momento da refeição (que é um mexido), símbolo de junto de sobras de alimentos de refeições anteriores, aguardando a autorização da mãe para cear. Força-nos a crer que a quantidade não era abundante e por isso necessitava que todos participassem juntos desse momento. Percebe-se também que há um eufemismo quando o narrador se refere à “pele morena” para dizer que se tratava de uma mulher negra que, acordo com as estatísticas são as mais vulneráveis a violência de gênero. Junto a isso, a falta de autonomia sobre o próprio corpo e a ausência do Estado na saúde pública são formas de violência institucional que preparam o terreno para o desfecho trágico.

Outro ponto relevante se dá no título do conto em que o nome três vezes santificado de Maria evoca o mito mariano da submissão e do sacrifício. Primeiramente, Ave Maria (mãe); Graças (favor divino imerecido); Santos (evoca divindades). É essa herança cultural que faz com que ela receba os quatro primeiros golpes “calada”, processando a violência através da métrica da culpa “castigo assim carece culpa muito grave”. Resignada, “E não atina com o porquê da raiva dirigida ao mais sagrado de si, onde seu homem, agora verdugo, executa violência, enquanto antes despejara amor” (Ribeiro, 2019, p. 148). Esse fenômeno é teorizado por Saffioti (2004) em sua obra sobre a violência de gênero, em que a autora explica que a ideologia patriarcal é tão internalizada que as vítimas tendem a buscar em si mesmas a justificativa para a agressão do parceiro.

Contudo, Ribeiro introduz uma violenta ruptura nesse arquétipo no quinto golpe. O “NÃO!” proferido por Maria, que “abalou a cumeeira do rancho e fez hesitar a mão assassina” (2019, p. 149), é o instante da insurgência. A reação de espanto do agressor — “Essa não é a Maria que conheço” — ilustra com precisão a tese de Segato (2003) sobre a violência contra as mulheres como uma linguagem de dominação. Para Segato, o agressor não ataca apenas um corpo, mas pune uma soberania insurgente. Quando Maria deixa de ser o objeto dócil e assume a voz da recusa, ela rompe o pacto de submissão, forçando o homem a encarar a alteridade que ele pretendia anular.

Analisando esse cenário, se o ambiente doméstico destrói o corpo de Maria, é no espaço público da imprensa que ocorre a sua desumanização sistemática. A transformação de uma existência rica de afetos, dores e cuidados em uma “nota de vinte linhas/coluna” (Ribeiro, 2019, p. 151) exemplifica o que Maia e Silva (2023) definem como necropolítica. Na engrenagem necropolítica do Estado periférico, certos corpos são categorizados como descartáveis; sua morte não choca, apenas se processa. O comando biopolítico implícito no conto — “seu existir despachado em jorros de tinta vermelha, archive-se” (Ribeiro, 2019, p. 151) é a própria tradução da burocratização da morte.

A linguagem jornalística analisada pela autora atua como uma extensão do braço do agressor. Ao relativizar o crime como “até certo ponto bárbaro” e questionar se o criminoso era “marido ou amante”, a mídia aciona um imaginário de justificação jurídica e moral. Dialogando com as teorias da filósofa Judith Butler (2024) sobre os quadros de guerra e quais vidas são consideradas enlutáveis, percebe-se que Maria é privada do estatuto de humanidade plena. O discurso social e mediático constrói uma moldura interpretativa em que o assassinato de uma mulher pobre e periférica é normalizado, destituído de sua barbárie intrínseca.

Essa dessensibilização coletiva transforma a vítima em um universal estatístico: ela passa a ser apenas mais uma de muitas Marias. Essa coletivização, longe de gerar empatia, opera como um mecanismo de apagamento da individualidade. Como argumenta Carneiro (2005) ao discutir o epistemicídio e o apagamento das mulheres negras e marginalizadas na sociedade brasileira, o sistema despossuía o sujeito de sua singularidade. Ao torná-la um estereótipo “Dessas marias que... sentem, se apaixonam e se entregam” (Ribeiro, 2019, p. 151), a sociedade se desobriga de investigar as causas estruturais daquela morte.

Na tentativa de contemplar melhor a temática, a citação a seguir nos parece ser um pouco longa, mas necessária para explicitar o fiel adensamento de expressão que se negam à tradução, interpretação ou uma leitura parafraseada dos termos. Disserta-se que:

Até então, **Maria** das Graças Santos era apenas mais uma de muitas **marias**. Dessas **marias** que dão à luz cinco filhos e os amamentam até os nove meses de idade, se não mais. Dessas **marias** crentes de que dando de mamar a gente não pega gravidez. Dessas **marias** que não contam com orientação ginecológica nem com anticoncepcional. Dessas **marias** que não têm meios de adquirir leite B ou C, e se exaurem ao último grau para o aleitamento da prole. Dessas **marias** que ainda nutrem ilusões. Dessas **marias** que sentem, se apaixonam e se entregam. Dessas **marias** que são apenas mulheres. Dessas **marias** que, sendo mulheres, submetem-se às leis dos senhores seus companheiros (Ribeiro, 2019, p. 151). [grifos nossos]

Como exposto, o nome da protagonista aparece primeiramente grafado em maiúsculo como é natural nos substantivos próprios. Entretanto, os demais aparecem grafados com inicial minúscula sugerindo assim a ideia de substantivo comum, ou seja, houve uma regressão, uma

perda de sentido qualificado. O pronome demonstrativo “Dessas” que antecede o substantivo comum “marias” reforça a alusão ao coletivo de mulheres representadas nesse vocábulo. Somado a isso, a sequência discursiva da citação confirma a que classe social ela pertencia que é a etária menos favorecida, e nessas, as taxas de feminicídio são ainda maiores.

Segundo Cunha (2026) o Brasil é o 5º país que acumula mais mortes violentas de mulheres no mundo, o que a justiça nomina de feminicídio. O mesmo é compreendido quando ocorre o assassinato de mulheres e meninas por questões de gênero, ou seja, em função do menosprezo ou discriminação à condição feminina. Para caracterizar uma morte como feminicídio e não como um assassinato comum, a Justiça brasileira investiga as características relacionadas aos contextos em que ocorrem, como as circunstâncias e as formas de violência empregadas que resultaram na morte da mulher. Na Pátria Amada as maiores vítimas do feminicídio são negras e jovens, com idade entre 18 e 30 anos, acrescenta Cunha (2026).

O desfecho, assumido pela voz do próprio assassino, Filomeno Martins dos Anjos, sela a circularidade da violência institucionalizada: “Eu, Filomeno, nada mais digo porque, também, nada mais me será perguntado. Até uma outra Maria” (Ribeiro, 2019, p. 152). O silêncio que protege Filomeno é o mesmo silêncio estrutural teorizado por Gonzalez (1984) ao discutir o racismo e o sexismo na cultura brasileira. O agressor sabe que o sistema judicial e a “ignorância institucionalizada” partilham de sua visão de mundo. Ele não precisa falar porque a sociedade já respondeu por ele através da indiferença e do arquivamento do corpo.

A argumentação em voga, desvela que o feminicídio não se encerra no cessar das batidas do coração da vítima. Ele se prolonga no cinismo editorial, na negligência do Estado e na cumplicidade de uma cultura que transforma o assassinato em folclore urbano ou estatística enfadonha. O conto de Ribeiro (2019), ao cruzar o limiar da literatura e se tornar um manifesto crítico, exige que quebre a moldura da desumanização, retirando as “Marias” do arquivo morto da história para devolvê-las ao estatuto de sujeitos políticos dotados de corpo, voz e memória.

### **Considerações finais**

A investigação minuciosa desenvolvida ao longo deste estudo buscou esquadrihar o que se convencionou chamar de geometria da violência no conto “Ave Maria das Graças Santos”, obra em que a economia formal se converte em denúncia biopolítica. Longe de figurar apenas como um registro ficcional da barbárie doméstica, a métrica cirúrgica empregada na narrativa desvela a existência de um algoritmo estrutural do patriarcado periférico, o qual métrica, executa e, em última instância, burocratiza a aniquilação física e simbólica do corpo feminino.

A transição da opressão vivida no rancho para a frieza procedimental do espaço midiático, institucionaliza a passagem da singularidade de um nome próprio para a vala comum dos universais estatísticos. O sexto golpe, manifesto na cumplicidade discursiva e jurídica que assegura a impunidade, sela a circularidade de um pacto social que se alimenta do silenciamento e do esquecimento das margens.

Mais do que decodificar as correspondências isomórficas entre o tecido linguístico e as dinâmicas de gênero, o presente artigo buscou evidenciar o papel da práxis literária contemporânea como ferramenta de insurgência discursiva. Ao romper o silêncio através de um grito textual implacável, a literatura desempenha uma função de resgate ôntico, desafiando a moldura da desumanização que rotula certas vidas como descartáveis e desprovidas de valor enlutável. Ao explicitar os enquadramentos socioculturais que normalizam a violência estrutural — do confinamento doméstico ao cinismo editorial —, este trabalho reforça a urgência de encarar o fenômeno do feminicídio não enquanto uma anomalia esporádica de ordem moral, mas enquanto uma perversa racionalidade simétrica que demanda uma desmontagem epistêmica e institucional profunda.

Como desdobramento necessário desta discussão e a fim de complementar os horizontes analíticos aqui descortinados, desenham-se caminhos profícuos para investigações científicas futuras. Em primeiro lugar, faz-se premente o desenvolvimento de uma análise comparada das redes de opressão na literatura contemporânea de autoria feminina, articulando a poética de Alciene Ribeiro à produção de outras escritoras que pautam a vulnerabilidade social e a violência de gênero. Tal abordagem de fôlego comparatista permitirá identificar se a geometria da violência e a metrificação da agressão constituem eixos recorrentes e sintomáticos nos projetos estéticos de denúncia na literatura brasileira recente.

Outro campo de investigação promissor reside na abordagem do enquadramento espacial sob a ótica da geocrítica e do ecofeminismo materialista. Recomenda-se examinar detidamente a topografia da opressão na obra da autora, mapeando espaços como o rancho, o bairro periférico e os ambientes de trânsito para compreender como o enclausuramento geográfico atua em simbiose com a exploração física, laboral e reprodutiva dos corpos subalternizados.

Enquanto ocorria a escrita desse artigo, uma indagação perturbou os autores que foi a de trazer para compor esse estudo, uma análise panorâmica da capa deste livro hospeda o conto analisado. Longe de preconizar que a capa de um livro atua como elemento meramente ilustrativo, deliberou-se trazer um pouco dessa expressão que a essa imagem proporciona à luz do que preconizam seu conteúdos.

Em consonância com essa abordagem Santaella e Nöth (1998) sinaliza que o universo imagético se divide em duas esferas indissociáveis: o domínio material, composto pelas representações visuais físicas e midiáticas que retratam o ambiente externo, e o domínio

imaterial, constituído pelas imagens e representações mentais. Ambos coexistem em uma relação de mútua dependência, visto que a produção de qualquer imagem física tem origem na mente de seu criador, da mesma forma que as imagens mentais são alimentadas pelo mundo visual exterior.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ASTROLINK. *Simbologia do numeral 6*. Disponível em: <https://www.astrolink.com.br/artigo/numero-6-numerologia>. Acesso em: 17 de jun. 2026.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* / Tradução Sérgio Lamarão, Arnaldo Marques da Cunha – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Feusp, 2005.

CUNHA, Carolina. *Feminicídio - Brasil é o 5º país em morte violentas de mulheres no mundo*. [2026]. Disponível em <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/feminicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 de jun. 2026.

DAIANA, Daniela. *Figura de linguagem gradação* [2026]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/figura-de-linguagem-gradacao/>. Acesso em: 17 de jun. 2026.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ECO, Umberto. *Obra Aberta: Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. 8 ed. Série Debates. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984.

JAKOBSON, Roman. *Linguística, poética, cinema*. Série Debates. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MAIA, Junot de Oliveira; SILVA, Daniel do Nascimento e. *Afrontando a necropolítica no Brasil: recursos linguísticos arrojados e ativismo como formas de sobreviver*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada. 23 (3). 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202343824>. Acesso em: 17 de jun. 2026.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Alciene. "Ave Maria das Graças Santos". In: RIBEIRO, Alciene. *Mulher Explicita*. Belo Horizonte: 2019. p. 147-152.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, Lucia Santaella; NÖTH, Winfried. *Imagem, cognição, semiótica, mídia*. Iluminuras: São Paulo, 1997.

SEGATO, Rita. *As estruturas elementares da violência*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.